



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

**Processo nº: 00200.021709/2024-78**

**Assunto: Complementação de informação pelo órgão técnico.**

Em 8 de abril de 2025.

Senhora Chefe de Serviço do SEEDIT/COATC,

Em atenção ao Ofício nº 213/2025 – COATC/SADCON, este Órgão Técnico se manifesta sobre as questões suscitadas:

Número da Nota ao OT ou recomendação da COPEL	Item do TR alterado	Ajuste realizado	Justificativa, se for o caso
Nota 1	3.1.2	O órgão técnico justifica a imprescindibilidade de facultar a realização de vistoria aos licitantes, conforme nova redação do item 3.1.2 do Termo de Referência	
Nota 2	3.1.1.10	Foi adotada a redação apresentada pela COATC.	
Nota 3	Anexo I - 1.4.5 a 1.4.10	O órgão técnico, após consultar o órgão demandante, elaborou um cronograma de execução do plano de manutenção preventiva – encarte A. Assim, foram determinados períodos em que a empresa deverá cumprir suas obrigações de prestação de serviços.	
Nota 4			O órgão técnico, após consultar o órgão demandante, optou por não adotar Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para esta





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

			contratação. Foram adotados mecanismos de multas diárias caso a contratada não preste os serviços de manutenção preventiva e corretiva adequadamente.
Nota 5	10 e subitens	O órgão técnico melhorou a redação do item 10 do Termo de Referência, a fim de extinguir dúvidas sobre quais multas se referem ao atraso no início da execução do contrato e às relacionadas à execução em si do contrato.	
Nota 6	10 e subitens	Todas as penalidades referentes à execução do contrato foram consolidadas no item 10 do Termo de Referência.	
Recomendação 1	3.2.2.1.2	Quanto à fundamentação da capacidade técnica, o órgão técnico informa que:  1 – a indicação das parcelas de maior relevância e valor significativo foi feita no item 3.2.2.1.2.a3;  2 – não foram fixados padrões de desempenho mínimos;  3 – a justificativa para fixação de quantitativos mínimos encontra-se no item 3.2.2.1.2.a4;  4 - permite-se o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica, conforme item 3.2.2.1.2.a2.	
Recomendação 2	3.1.1.2	O órgão técnico reduziu a antecedência mínima para a realização da vistoria técnica de 2 (dois) dias úteis para 1(um) dia	





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

		útil, contado da data marcada para a abertura da sessão pública, conforme recomendado pela COPEL.	
Recomendação 3	Anexo II	No Anexo II, abaixo da tabela informativa de quantidades e preços estimados, foram inseridas as observações recomendadas pela COPEL quanto à unidade de medida e quanto à impossibilidade de os licitantes ofertarem lances para o item 4.	
Alteração OT	5.1.3	O órgão demandante solicitou a substituição de designados para fiscalização contratual.	
Alteração OT	10.4 e Anexo I 1.10.5	Melhorias textuais.	
Alteração OT	10.6 e Anexo I 1.11.5	Majoração do percentual de multa estabelecido para atraso na entrega dos relatórios previstos.	





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

## SUMÁRIO

1. Objeto da contratação .....	5
2. Forma de contratação .....	7
3. Requisitos do fornecedor .....	9
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação .....	13
5. Modelo de gestão .....	13
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto .....	14
7. Obrigações da Contratada .....	14
8. Regime de execução .....	15
9. Condições de recebimento do objeto .....	15
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual .....	15
11. Forma de pagamento .....	17
12. Condições de reajuste .....	17
13. Garantia contratual .....	17
14. Plano de contratações .....	17
15. Responsável pela elaboração do TR .....	18
ANEXO I .....	19
1. Especificações técnicas do objeto .....	19
2. Critérios e práticas de sustentabilidade .....	30
ANEXO II .....	31
1. Valor estimado da contratação .....	31
ANEXO III - FACULDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIAS .....	33





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

## **TERMO DE REFERÊNCIA - SPATR**

### **1. Objeto da contratação**

#### **1.1. Definição do objeto**

**1.1.1.** O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, quando necessário, nos arquivos deslizantes eletrônicos da COBIB – Coordenação de Biblioteca e do SEARQP – Serviço de Arquivo de Pessoal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### **1.2. Justificativa para a contratação**

##### **1.2.1. Descrição da situação atual**

Os arquivos deslizantes eletrônicos utilizados pela COBIB – Coordenação de Biblioteca e pelo SEARQP – Serviço de Arquivo de Pessoal se destinam a armazenar documentos relacionados à área fim de cada setor. Ressalta-se que é de suma importância que os documentos armazenados estejam disponíveis para pronta consulta. Caso os arquivos deslizantes não sejam devidamente mantidos, há o risco de que os módulos não possam ser acionados por falhas mecânicas ou eletrônicas. Tal fato impediria ou tornaria dificultoso o acesso aos documentos que se deseja consultar, prejudicando a rotina de trabalho dos servidores e frustrando o usuário que busca informações.

##### **1.2.1.1. Justificativa da COBIB – Coordenação de Biblioteca – DFD 355/2024**

Os arquivos deslizantes armazenam as coleções de Obras Raras e especiais, Coleção Especial Luiz Viana Filho, Coleção de Multimídia/Multimeios, Coleção de Jornais, Coleção Depósito Legal (com todos os títulos publicados pelo Conselho Editorial do Senado Federal) e Reserva Técnica da Biblioteca do Senado. A manutenção preventiva e corretiva para os 7 (sete) conjuntos de módulos de arquivos deslizantes são essenciais para garantir a durabilidade e a funcionalidade das estantes. Além disso, garante a organização e a preservação dos materiais armazenados. Como a contratação desse serviço é realizado de forma conjunta com a SEARQP e será necessário contratar a manutenção para arquivos não estão inclusos no contrato vigente, será mais vantajoso para o Senado realizar uma nova contratação englobando todos os arquivos da Casa que precisam do serviço.

Destaca-se que a manutenção dos 7 conjuntos de módulos de arquivos deslizantes é crucial para a Biblioteca e para a memória institucional do Senado. Sem essa manutenção, a prestação de serviços da COBIB pode ser seriamente comprometida, dificultando o acesso a documentos essenciais para a equipe. A falta de funcionamento adequado dos módulos poderia resultar em transtornos significativos, impedindo a consulta a obras relevantes. Portanto, garantir a manutenção é imprescindível para assegurar que as estantes estejam sempre acessíveis, atendendo às necessidades de informação dos usuários da Biblioteca do Senado, além de promover a preservação e conservação eficaz do acervo.

##### **1.2.1.2. Justificativa do SEARQP – Serviço de Arquivo de Pessoal – DFD 352/2024**

Esta rotina administrativa aplica-se à manutenção preventiva e corretiva de três arquivos deslizantes instalados no Serviço de Arquivo de Pessoal (SEARQP) do Senado Federal, localizado no Bloco 14.





**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Patrimônio**

A solicitação refere-se a uma manutenção planejada, cujo objetivo é prevenir problemas graves. Por meio da manutenção preventiva, é possível evitar falhas significativas e danos nos equipamentos.

A ausência de manutenção preventiva e corretiva pode acarretar dificuldades na abertura dos arquivos. Como consequência, documentos e processos armazenados nas pastas funcionais de servidores efetivos, comissionados, ex-senadores e senadores podem não estar disponíveis para consulta por outros setores quando solicitados.

### **1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada**

**1.2.2.1.** Atualmente, existem sete conjuntos de módulos de arquivos deslizantes eletrônicos sob os cuidados da COBIB e três conjuntos sob os cuidados do SEARQP. Ressalta-se que os dez conjuntos de módulos de arquivos deslizantes eletrônicos estão contemplados nessa contratação.

**1.2.2.2.** O quantitativo previsto no termo de referência para a contratação do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da administração, considerando que todos os arquivos deslizantes eletrônicos presentes no Senado Federal devem ser contemplados pelo contrato de manutenção preventiva e corretiva. Portanto, não seria possível contemplar apenas alguns conjuntos de módulos de arquivo deslizante na contratação em tela, dado que os documentos armazenados em todos os arquivos são relevantes e devem estar acessíveis de forma contínua.

### **1.2.3. Resultados esperados com a contratação**

**1.2.3.1.** A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo prolongar a vida útil dos arquivos deslizantes eletrônicos do Senado Federal e garantir que todos os documentos armazenados em seus interiores estejam acessíveis ininterruptamente.

Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, pois a realização do serviço de manutenção preventiva reduz as chances de surgimento de defeitos nos arquivos deslizantes. Caso algum defeito surja, o serviço de manutenção corretiva é a alternativa viável para corrigi-lo, fazendo com que o equipamento retorne ao nível de uso inicial. Assim, mitiga-se o risco de o equipamento travar em uma posição que não permita o acesso aos documentos armazenados em seu interior.

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que os requisitos estabelecidos são encontrados em contratações semelhantes e são imprescindíveis para a verificação da capacidade técnica da empresa conseguir executar adequadamente o objeto da contratação. Por essa razão, foi solicitado que a empresa deve comprovar que: está regularmente registrada no Conselho profissional correspondente, possui em seu quadro de pessoal um profissional devidamente qualificado para ser o responsável técnico e já executou serviços semelhantes anteriormente.





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

#### 1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

##### 1.2.4.1. Contratos que serão substituídos com a contratação pretendida.

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
Contrato nº 98/2021	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças de reposição quando necessário, nos arquivos deslizantes eletrônicos instalados na Coordenação de Biblioteca - COBIB - e no Serviço de Documentação e Arquivo do Pessoal - SEARQP - do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	21/09/2025
Contrato nº 110/2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de 01 (um) conjunto de arquivos deslizantes para o Serviço de Arquivo de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas do SENADO FEDERAL - SEARQP - SEGP/SF, composto de 36 (trinta e seis) módulos de estantes de aço, deslizantes sobre trilhos, incluindo a manutenção preventiva, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos, treinamento de manuseio e operacional de servidores.	10/03/2021

**1.2.4.2.** Destaca-se que o Contrato nº 98/2021 contempla nove conjuntos de módulos de arquivos deslizantes eletrônicos para serem mantidos. A nova contratação prevê dez conjuntos, de forma a abranger também o conjunto de módulos do Contrato nº 110/2015. Assim sendo, é esperado um incremento no valor final do contrato resultante desse procedimento licitatório em relação ao contrato anterior.

## 2. Forma de contratação

### 2.1. Tipo de contratação

**2.1.1.** A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

### 2.2. Modalidade de licitação

**2.2.1.** Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

### **2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP**

**2.3.1.** Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

**2.3.2.** A justificativa para não adotar o SRP é o não enquadramento nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023. As demandas relacionadas nessa contratação serão atendidas por prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de arquivos deslizantes. Assim, foi estabelecido um plano de manutenção preventiva. Logo, nota-se a previsibilidade do serviço mencionado.

### **2.4. Critério de julgamento da contratação**

**2.4.1.** Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.1.1.** O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

### **2.5. Critério de adjudicação da contratação**

**2.5.1.** Será adotado o critério de adjudicação “global”, tendo em vista a existência dos seguintes fatores técnicos/econômicos que justificam o agrupamento dos itens em um único grupo:

- Critérios técnicos:
  - Redução de risco de incompatibilidade entre peças mecânicas, elétricas e eletrônicas, dado que serão fornecidas por uma única empresa;
  - Redução do tempo de realização de manutenção, em especial corretiva, pois evita ociosidade entre o diagnóstico do problema, fornecimento de peças e realização do reparo necessário.
- Critérios econômicos:
  - Redução de custos operacionais por meio da possibilidade de o licitante negociar uma maior variedade e uma maior quantidade de peças a preços menores em comparação com um cenário em que diversas empresas negociam pequenas quantidades de determinadas peças.
  - Redução de custos com mão de obra, uma vez que cada empresa contratada utilizaria funcionários próprios para realização do serviço. A multiplicidade de funcionários resultaria em ociosidade, dado que o serviço poderia ser realizado por um número menor de empregados vinculados a uma única empresa.







**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

## **2.6. Participação ou não de consórcios de empresas**

**2.6.1.** A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

## **2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto**

**2.7.1.** Não será permitida a subcontratação parcial do objeto.

## **2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP**

**2.8.1.** Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

**2.8.2.** Em que pese haver itens/grupos com valor estimado acima de R\$ 80.000,00, seu objeto não é a aquisição de bens de natureza divisível, pois o padrão de manutenção preventiva adotado deve ser idêntico em todos os conjuntos de módulos de arquivos deslizantes eletrônicos. Ademais, as peças adquiridas para a realização de manutenções corretivas devem ser perfeitamente compatíveis, a fim de evitar qualquer sorte de mau funcionamento. Por fim, a mão de obra responsável por realizar manutenções preventivas e por manusear peças empregadas na manutenção corretiva é a mesma. Portanto, nota-se que a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças constitui um só objeto, não sendo vantajoso para a Administração o seu fracionamento e prestação por múltiplas empresas contratadas.

## **3. Requisitos do fornecedor**

### **3.1. Necessidade de vistoria**

**3.1.1.** A licitante deverá apresentar termo de vistoria ou declaração de dispensa de vistoria, na forma das alíneas abaixo:

**3.1.1.1.** Com o objetivo de permitir a formulação mais precisa das propostas pelas licitantes, faculta-se às interessadas a realização de vistoria às instalações e dependências do Senado, em especial à Biblioteca do Senado (Anexo II - COBIB) e ao bloco 14 (SEARQP), nos termos abaixo, considerando que é prudente que os licitantes possam avaliar o estado de conservação dos arquivos deslizantes eletrônicos que serão mantidos.

**3.1.1.2.** É facultado à licitante interessada em participar do Pregão decorrente deste TR, mediante prévio agendamento junto à COBIB e/ou ao SEARQP do Senado Federal, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, contados da data marcada para a sessão pública, para





**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Patrimônio**

conhecer as instalações.

**3.1.1.3.** A vistoria deverá ser agendada nos horários de 9h a 12h e de 14h a 17h, pelos telefones (61) 3303-3263, (61) 3303-1996 ou (61) 998412019, bem como pelos e-mails [searqp@senado.leg.br](mailto:searqp@senado.leg.br), [luisn@senado.leg.br](mailto:luisn@senado.leg.br) ou [biblioteca@senado.leg.br](mailto:biblioteca@senado.leg.br).

**3.1.1.4.** Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

**3.1.1.5.** A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

**3.1.1.6.** A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

**3.1.1.7.** Caso o vistoriador não atenda aos requisitos acima, não será executada a vistoria.

**3.1.1.8.** Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela COBIB e/ou SEARQP.

**3.1.1.9.** Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do edital.

**3.1.1.10.** O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

**3.1.2.** É facultada a vistoria aos licitantes, uma vez que é imprescindível que tenham a oportunidade de conhecer pessoalmente os equipamentos que serão mantidos ao longo do contrato e, assim, disponham do máximo de informações possível para a formulação de propostas adequadas. Além disso, a permissão da vistoria aos licitantes é um mecanismo que resguarda o Senado Federal contra alegações do licitante vencedor durante a execução contratual, como o desconhecimento de todas as informações sobre o objeto do contrato no momento da elaboração de sua proposta.

## **3.2. Capacidade Técnica**

**3.2.1.** Será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência contempla a execução das atividades de manutenção de equipamentos mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos, cujo exercício é exclusivo das profissões de engenheiro mecânico e de engenheiro eletricista, por força da Resolução CONFEA n° 218, de 29 de junho de 1973 e Lei n° 5.194/1966.

Logo, deve a licitante apresentar: certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial.

**3.2.2.** Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, uma vez que





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

é imprescindível que seja comprovada experiência prévia pela licitante. Os arquivos deslizantes eletrônicos são equipamentos delicados que contêm peças mecânicas e eletrônicas de alto valor. Caso o serviço seja executado por uma empresa inexperiente, há um risco alto de que não consiga executar o serviço ou de causar danos maiores ao equipamento.

**3.2.2.1. Portanto, deverá a licitante apresentar, a título de **capacidade técnico-operacional**:**

**3.2.2.1.1.** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante.

**3.2.2.1.2.** Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou, de forma satisfatória, serviços de engenharia similares, em características, prazos e quantidades, ao objeto da presente licitação, assim entendido:

a) serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de arquivos deslizantes eletrônicos, com movimentação eletroeletrônica (controle microprocessado) com, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao quantitativo de módulos simples e duplos, não necessariamente com as exatas especificações dos equipamentos e componentes descritos no Anexo 2 deste edital. Dado que existem 15 módulos simples e 98 módulos duplos, os atestados de capacidade técnico operacional devem conter a comprovação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de, pelo menos, 4 módulos simples e 25 módulos duplos.

**a.1)** Quanto ao aspecto qualitativo, não é necessário que a comprovação das parcelas de maior relevância técnica apontadas na **alínea “a” acima** seja formalizada, necessariamente, em único atestado, sendo admitido o somatório de atestados.

**a.2)** Para a comprovação do quantitativo mencionado na **alínea “a” acima** será admitido o somatório de atestados.

**a.3)** A parcela de maior relevância e valor significativo de um arquivo deslizante eletrônico é representada pelo módulo que o compõe. O módulo consiste em um conjunto de peças e mecanismos essenciais para o pleno funcionamento do equipamento. Dessa forma, para aferir a capacidade técnica de uma empresa executar o serviço de manutenção desses equipamentos, é prática comum de mercado a exigência de atestados de capacidade técnica que indiquem a quantidade de módulos de arquivos deslizantes já atendidos pela empresa.

**a.4)** O quantitativo mínimo a ser comprovado, por meio de atestado de capacidade técnica, foi de 25 módulos duplos e 4 módulos simples de arquivos deslizantes submetidos à manutenção pela licitante. Esse número é compatível com o maior arquivo deslizante contemplado nesta contratação, correspondente à “Biblioteca do Senado – Coleção de Jornais”. Ressalte-se, ainda, que na licitação anterior foi exigido atestado de capacidade técnica que contemplasse, no mínimo, 50% do total de módulos simples e duplos a serem mantidos. Na presente contratação, esse percentual foi reduzido para 25%, demonstrando maior flexibilização no critério de qualificação técnica.

**3.2.2.1.3.** A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF, número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(am) a execução dos serviços de que trata o objeto deste Termo de Referência,





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

devendo referir-se a profissional(is) de nível superior com formação em Engenharia Mecânica ou Engenharia Elétrica de acordo com Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973 e Lei nº 5.194/1966, e que tenham vínculo com a empresa licitante.

a) A comprovação do vínculo a que se refere o **subitem 3.2.2.1.3** se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

**3.2.2.1.4.** Certidão de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da região a que estiver(em) vinculado(s).

**3.2.2.1.5.** Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante na forma do **subitem 3.2.2.1.3**, atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviço de manutenção de arquivo deslizando eletrônico.

a) Não é imprescindível que a comprovação das parcelas de maior relevância técnico-profissional apontadas no **subitem 3.2.2.1.2** seja formalizada, necessariamente, em um mesmo atestado, sendo, portanto, admitido o somatório de atestados.

**3.2.2.2.** A licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

**3.2.3.** Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial.

**3.2.3.1.** Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

### **3.2.4. Qualificação econômico-financeira**

**3.2.4.1.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**3.2.4.2.** Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

**a.1)** que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

**a.2)** que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

**a.2.1)** Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

Circulante + Passivo Não Circulante);

**a.2.2)** Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

**a.2.3)** Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

**3.2.4.3.** As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

### **3.3. Necessidade de apresentação de amostras**

**3.3.1.** O procedimento de apresentação de amostras por parte da licitante vencedora não se aplica ao objeto desta contratação.

## **4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação**

### **4.1. Formalização do ajuste**

**4.1.1.** A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que a contratação objetiva a prestação de serviços, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

### **4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste**

**4.2.1.** O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.1.1.** A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve a necessidade de realizar manutenções periódicas nos arquivos deslizantes eletrônicos do Senado Federal. Caso tal serviço não seja realizado, há riscos de que os equipamentos deixem de funcionar adequadamente, resultando em módulos inoperantes. A concretização do cenário retratado culmina em restrição de acesso aos documentos armazenados nos arquivos, impactando diversos setores dessa casa legislativa.

**4.2.2.** Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

**4.2.3.** Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

## **5. Modelo de gestão**

### **5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste**





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

**5.1.1.** São indicados como gestores titular e primeiro substituto do instrumento que se originar deste Termo de Referência, respectivamente, o titular e o substituto do Núcleo de Instrução e Gestão de Contratos de Informação e Documentação (NIGCID/SGIDOC), e, como segundo substituto, o servidor Carlos Pedro da Silva, mat. nº 365649.

**5.1.2.** São indicados como fiscais titular e substituto do instrumento que se originar deste Termo de Referência, respectivamente, o titular e o substituto do Serviço de Pesquisa e Atenção ao Usuário da Biblioteca – SEUBIB.

**5.1.3.** São indicados como fiscais titular e substituto do instrumento que se originar deste Termo de Referência, respectivamente, o servidor Luis do Nascimento Filho, matrícula nº 45771, e o servidor Eduardo Lopes de Carvalho, matrícula 218379.

## **5.2. Forma de comunicação entre as partes**

**5.2.1.** A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará pelos telefones (61) 3303-5834 / 3263 / 1996 e pelos e-mails [sgidoc.gestaodecontratos@senado.leg.br](mailto:sgidoc.gestaodecontratos@senado.leg.br), [seubib@senado.leg.br](mailto:seubib@senado.leg.br) e [luism@senado.leg.br](mailto:luism@senado.leg.br) e [searqp@senado.leg.br](mailto:searqp@senado.leg.br).

**5.2.2.** Novos endereços de e-mail e/ou telefones podem ser adicionados, suprimidos ou alterados, caso o Senado entenda necessário. Essas mudanças deverão ser informadas à Contratada.

## **6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto**

**6.1.** A Contratada iniciará a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, compreendendo a manutenção dos arquivos deslizantes descritos no Anexo II, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato.

## **7. Obrigações da Contratada**

**7.1.** São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

**7.1.1.** manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**7.1.2.** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**7.1.3.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

**7.1.4.** manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;







**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Patrimônio**

**7.1.5.** manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

**7.1.6.** responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

**7.1.7.** não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

**7.1.8.** não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

**7.2.** Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

**7.3.** Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## **8. Regime de execução**

**8.1.** Os serviços deverão ser prestados dentro das instalações da COBIB - Coordenação de Biblioteca no endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso, Anexo II, Térreo, Brasília-DF, 70165-900; e SEARQP - Serviço de Arquivo de Pessoal: Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso, Bloco 14, Térreo, Brasília-DF, 70165-900.

**8.2.** O órgão técnico detalhou o regime de execução do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos arquivos deslizantes eletrônicos do Senado Federal no Anexo I do Termo de Referência “Especificações Técnicas do Objeto”. Tal medida visa a condensar as informações mais relevantes para o entendimento do objeto da licitação pelas empresas licitantes.

## **9. Condições de recebimento do objeto**

**9.1.** Mensalmente, efetivada a prestação dos serviços, o objeto será recebido:

**9.1.1.** Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento do Relatório Mensal de Execução dos Serviços previsto no item 1.11.1. do Anexo I deste TR, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**9.1.2.** Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada para este fim, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

## **10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual**

**10.1.** O atraso injustificado do início da execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

com atraso:

**10.1.1.** 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**10.1.2.** 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

**10.1.3.** 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

**10.2.** Caso a contratada não execute os serviços de manutenção preventiva dentro do prazo estabelecido no cronograma presente no Anexo I deste Termo de Referência, estará sujeita à multa diária, calculada sobre o valor mensal dos serviços executados, conforme os seguintes critérios:

**10.2.1.** Um a quatro serviços não executados: multa de 0,1% (*um décimo por cento*) ao dia;

**10.2.2.** Cinco a oito serviços não executados: multa de 0,2% (*dois décimos por cento*) ao dia;

**10.2.3.** Nove a doze serviços não executados: multa de 0,3% (*três décimos por cento*) ao dia;

**10.2.4.** Treze ou mais serviços não executados: multa de 0,4% (*quatro décimos por cento*) ao dia;

**10.3.** A Contratada deverá iniciar o atendimento dos serviços de manutenção corretiva no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento do chamado, cuja entrega será confirmada automaticamente por meio de aviso de recebimento. O descumprimento desse prazo sujeitará a Contratada à aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) por hora de atraso, calculada sobre o valor mensal dos serviços executados.

**10.4.** A Contratada deverá concluir a manutenção corretiva e restabelecer o pleno funcionamento do equipamento no prazo máximo de 03 (três) dias, contados a partir da confirmação do recebimento do chamado. A prorrogação desse prazo somente será permitida mediante análise e aprovação da fiscalização do contrato, condicionada à prévia apresentação de justificativa formal pela Contratada. O descumprimento desse prazo sujeitará a Contratada à aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor mensal dos serviços executados.

**10.5.** Caso necessário, e mediante autorização prévia da fiscalização, a empresa poderá remover peças das dependências do Senado Federal para realização de reparos em oficina externa. No entanto, essa remoção não acarretará a prorrogação do prazo final para a conclusão da manutenção corretiva. Além disso, a empresa será integralmente responsável por todos os custos relacionados à retirada, transporte e reinstalação das peças.

**10.5.1.** A prorrogação do prazo para conclusão da manutenção corretiva somente será permitida após análise da fiscalização do contrato e mediante apresentação de justificativa formal pela







SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

CONTRATADA. O descumprimento do prazo sujeitará a empresa à aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor mensal dos serviços executados.

**10.6.** Caso os prazos estabelecidos para entrega dos Relatórios Mensal e Anual de Execução dos Serviços não sejam cumpridos, a contratada está sujeita à multa de 0,2% (*dois décimos por cento*) por dia de atraso sobre o valor mensal dos serviços executados;

**10.7.** As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

## **11. Forma de pagamento**

**11.1.** O pagamento efetuar-se-á mensalmente por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de aceite mensal do objeto.

## **12. Condições de reajuste**

**12.1.** O preço poderá ser reajustado no prazo de doze meses a partir da data de celebração do ajuste.

**12.2.** O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

## **13. Garantia contratual**

**13.1.** Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois, consoante previsto no inciso II do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato é pouco significativa.

## **14. Plano de contratações**

**14.1.** A despesa decorrente desta contratação está prevista no Plano de Contratação sob o nº 20250224 - Serviço de manutenção preventiva e corretiva de arquivos deslizantes, com data-limite do envio do TR à SADCON em 28/02/2025.





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

**15. Responsável pela elaboração do TR**

(Assinado eletronicamente)  
**RÔMULO COSTA MELO**  
Analista Legislativo - Administração

(Assinado eletronicamente)  
**VANDERLEI PIRES DA SILVA**  
Chefe do SECQEC

De acordo.

(Assinado eletronicamente)  
**VIRGINIA MACHADO**  
Gestora do NIGCID – Gestor

De acordo.

(Assinado eletronicamente)  
**ROMULO FULGONI BRANCO**  
Especialista Técnico / SPATR

De acordo.

(Assinado eletronicamente)  
**CASSIO MURILO ROCHA**  
Diretor da SPATR





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

## **ANEXO I**

### **1. Especificações técnicas do objeto**

#### **1.1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:**

<b>Item</b>	<b>Especificações</b>	<b>Qtde.</b>	<b>CATMAT</b>	<b>Un.</b>
<b>1</b>	Serviço <u>mensal</u> de manutenção preventiva e corretiva em arquivo deslizante eletroeletrônico ACECO linha 3000 MECATRON, sendo 7 unidades sob responsabilidade da COBIB e 1 unidade sob responsabilidade do SEARQP	12	5444	Unid.
<b>2</b>	Serviço <u>mensal</u> de manutenção preventiva e corretiva em arquivo deslizante eletroeletrônico SCHEFFER, sendo 1 unidade sob responsabilidade do SEARQP	12	5444	Unid.
<b>3</b>	Serviço <u>mensal</u> de manutenção preventiva e corretiva em arquivo deslizante eletroeletrônico TECHNOLACH, sendo 1 unidade sob responsabilidade do SEARQP	12	5444	Unid.

#### **1.2. Descritivo técnico dos módulos de arquivos deslizantes sob responsabilidade da COBIB - Coordenação de Biblioteca do Senado Federal**

- Marca e características gerais

Sistema de arquivo deslizante eletroeletrônico marca ACECO linha 3000 MECATRON, confeccionado em aço, com modularidade básica pré-definida. Bases com deslocamento lateral sobre trilhos com movimentação eletroeletrônica com acionamento através de botões instalados no painel frontal.

- Biblioteca do Senado – Coleção Depositária
  - 2 (dois) módulos simples de 50 cm de largura e 8,0 m de profundidade.
  - 7 (sete) módulos duplos de 63 cm de largura e 8,0 m de profundidade.
- Biblioteca do Senado – Coleção de Jornais
  - 25 (vinte e cinco) módulos duplos de 85 cm de largura e 5,0 m de profundidade.
- Biblioteca do Senado – Sala do Setor de Jornais
  - 3 (três) módulos duplos de 85 cm de largura e 5,0 m de profundidade.
- Biblioteca do Senado – Coleção Multimeios





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Patrimônio

- 01 (um) módulo simples fixo de 50 cm de largura e 6,0 m de profundidade.
- 01 (um) módulo simples de 50 cm de largura e 6,0 m de profundidade.
- 03 (três) módulos duplos de 78 cm de largura e 6,0 m de profundidade.
- Biblioteca do Senado – SEDECO
  - 2 (dois) módulos simples de 50 cm de largura e 6,0 m de profundidade.
  - 4 (quatro) módulos duplos de 85 cm de largura e 6,0 m de profundidade.
- Biblioteca do Senado – Obras Raras
  - 1 (um) módulo simples de 50 cm de largura e 2,0 m de profundidade.
  - 12 (doze) módulos duplos de 78 cm de largura e 2,0 m de profundidade.
- Biblioteca do Senado – Luiz Viana Filho
  - 1 (um) módulo simples fixo de 50 cm de largura e 7,0 m de profundidade.
  - 1 (um) módulo simples de 50 cm de largura e 7,0 m de profundidade.
  - 3 (três) módulos duplos de 63 cm de largura e 7,0 m de profundidade.

**1.3. Descritivo técnico dos módulos de arquivos deslizantes sob responsabilidade do SEARQP - Serviço de Arquivo de Pessoal**

- Marca e características gerais – arquivo 1
  - Sistema de arquivo deslizante eletroeletrônico marca SCHEFFER, confeccionado em aço, com modularidade básica pré-definida. Bases com deslocamento lateral sobre trilhos com movimentação eletroeletrônica com acionamento através de botões instalados no painel frontal.
  - 2 (dois) módulos simples moveis de 44 cm de largura e 4,0 m de profundidade.
  - 1 (um) módulo duplo fixo de 87 cm de largura e 4,0 m de profundidade.
  - 16 (dezesesseis) módulos duplos moveis de 87 cm de largura e 4,0 m de profundidade.
- Marca e características gerais – arquivo 2
  - Sistema de arquivo deslizante eletrônico da marca ACECO linha 3000 MECATRON. Altura dos módulos 2300 mm. Profundidade dos módulos 2000 mm. Composto por prateleiras e luminárias. Número total de faces igual a 32.
  - 7 (sete) módulos móveis duplos com largura de 63 cm;
  - 1 (um) módulo móvel de fechamento com largura 50 cm;
  - 1 (um) módulo fixo de fechamento com largura de 50 cm;
- Marca e características gerais – arquivo 3

